



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos com fornecimento de mão de obra, para os seguintes postos de trabalho: Serviços de conservação, manutenção e limpeza; Recepcionista; Agente de Segurança Patrimonial (Não armado) e Auxiliar de Apoio Administrativo e/ou Contínuo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e na Nota Técnica (ANEXO I do Edital).

inclusas todas as despesas diretas e indiretas, tais como impostos (federais, estaduais e/ou municipais), taxas, salários, transporte, seguros, fretes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e seguros de acidente de trabalho, enfim, todas as despesas e materiais necessários a atender o objeto deste certame.

Validade 60 (sessenta) dias, contados da data marcada para o seu recebimento

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

Razão Social: AGIL EIRELI

CNPJ: 26.427.482/0001-54

ENDEREÇO: RUA URUGUAI, nº 122, SALA 03 BOX 141, CENTRO, ITAJAÍ, ESTADO: SC, CEP 88.302-200

E-MAIL: comercial1@gruposs.net

TELEFONE: (47) 99772-8115

IE: ISENTA

Nome completo do Contato: Camila Araceli Paiano

Nome Completo: Camila Araceli Paiano

Cargo/Função na empresa: Sócia Administradora

Nº. Cédula de Identidade: RG 5278333 SSP/SC

Nº. de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) 067.490.799-03

Rua Uruguai, 122, Centro, Itajaí/SC

Informações bancárias da empresa:

Instituição financeira: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Agência: 0416 OPER: 003 (PJ) Nº. da Conta: C/C 00006257-6

Validade, prazo de execução, e demais exigências de proposta, conforme edital.

1. Com relação aos custos de PROVISÕES dos ENCARGOS SOCIAIS, a saber, Aviso prévio indenizado, Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado, Multa do FGTS do aviso prévio indenizado, Aviso prévio trabalhado, Multa do FGTS em cima do aviso prévio trabalhado, Ausências legais, Licença paternidade, Ausência por acidente de trabalho, Afastamento maternidade, Ausência por doença, ETC., foram provisionados de acordo com as peculiaridades, estratégias e experiência da empresa, tendo em vista que inexistem parâmetros legais para provisões mínimas ou máximas, de acordo com o TRF 5ª no AGTR nº 67.014/RN. Por derradeiro, conforme prevê o Art. 63 da IN 05/2017, por tratarem-se de elementos de custos variáveis e dependerem da assiduidade do colaborador, podendo ou não ocorrer, serão suportados pela contratada, conforme prevê, por serem considerados como inerentes aos riscos do seu negócio.

1.1 Ainda com relação as PROVISÕES dos ENCARGOS SOCIAIS, Admitir que somente são exequíveis as estatísticas orçadas pela Administração equivale a estabelecer preços mínimos, o que é vedado pelo Art. 40, X da Lei nº 8666/1993 (grifamos): “*X – o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48.*”

2. O custo dos uniformes e equipamentos de proteção individual é um custo variável e assim como outras rubricas, depende da estrutura organizacional e dos custos de cada empresa, logo o valor orçado está de acordo com a realidade da empresa. Ademais, o art. 44, §3º, da Lei nº 8.666/93 possibilita a empresa renunciar aos materiais e instalações de sua propriedade.

3. Referente ao vale transporte, não é salário, é concedido apenas para empregados que necessitam do benefício para seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa, e a declaração falsa ou o uso indevido do Vale-Transporte constituem falta grave, ou seja, empregado pode ser demitido por justa causa (Art. 7º, §1º e §2º do decreto 95.247/1987 e art. 482 da CLT). Como também com fulcro no §8º, da Lei 7.418/1985 e Art. 4º do decreto 95.247/1987, o empregador poderá proporcionar por meios próprios o deslocamento dos seus trabalhadores, e por derradeiro, com fulcro no Art. 31 e 32, da Lei 95.247/1987, e, de acordo com as peculiaridades da empresa fora provisionado o custo ideal de Vale-transporte, de acordo com as peculiaridades, estratégias e experiência da empresa.

4. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, conforme Acórdão 1.811/2014 – Plenário.

5. Por derradeiro, caso entenda esta comissão a necessidade de complementar a instrução desta planilha, quiçá corrigir alguma obscuridade, com fulcro na IN nº 02/2008, Art. 29-A e art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93, pedimos gentilmente vossa manifestação/notificação.

DESCRIÇÃO	VALOR UNI	QNT	VALOR TOTAL
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	3.833,65	1	3.833,65
RECEPCIONISTA	4.402,63	1	4.402,63
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	4.402,63	1	4.402,63
VIGILANTE	4.028,21	1	4.028,21
VALOR TOTAL MENSAL			16.667,12
VALOR TOTAL ANUAL			200.005,44

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

MONTANTE A			
SALÁRIOS E ENCARGOS			
1.1	Salário base	1320,87	
			1.320,87
ENCARGOS SOCIAIS			
Grupo "A"			
2.1	INSS	20,0000%	264,17
2.2	SESI ou SESC	1,5000%	19,81
2.3	SENAI ou SENAC	1,0000%	13,20
2.4	INCRA	0,2000%	3,00
2.5	Salário Educação	2,5000%	33,00
2.6	FGTS	8,0000%	106,00
2.7	SAT/RAT	1,0000%	13,00
2.8	SEBRAE	0,6000%	8,00
		SOMA	34,8000% 460,18
Grupo "B"			
2.9	Férias + 1/3 de férias	11,1100%	146,75
2.10	<u>PROVISÃO</u> Auxílio Doença	0,0100%	0,13
2.11	<u>PROVISÃO</u> Licença Maternidade / Paternidade	0,0100%	0,13
2.12	<u>PROVISÃO</u> Faltas Legais	0,0100%	0,13
2.13	<u>PROVISÃO</u> Acidente de Trabalho	0,0100%	0,13
2.14	<u>PROVISÃO</u> Aviso Prévio	0,0100%	0,13
2.15	13º Salário	8,3300%	110,03
		SOMA	19,4900% 257,43
Grupo "C"			
2.16	<u>PROVISÃO</u> Aviso Prévio Indenizado	0,0100%	0,13
2.17	<u>PROVISÃO</u> Indenização Adicional	0,0100%	0,13

2.18	PROVISÃO FGTS nas rescisões sem justa causa	0,0100%	0,13
	SOMA	0,0300%	0,39
2.19	Incidência dos encargos do Gr. "A" s/ os itens do Gr. "B"	6,7825%	89,59
	Total Encargos Sociais	61,1025%	807,59
TOTAL MONTANTE A			2.128,46

MONTANTE B		% em relação à remuneração	
3.1	Uniformes/epis / materiais e produtos	0,08%	1,00
3.12	TRANSPORTE	0,00%	0,05
3.13	SEGURO DE VIDA EM GRUPO COM ASISITÊNCIA FUNERAL E	0,45%	6,00
3.14	AUXÍLIO PLANO DE ASSITÊNCIA E CUIDADO PESSOAL	1,51%	19,90
3.16	exames (admissionais, periódicos, laudos...)	0,02%	0,20
	SOMA	2,06%	27,15
OUTROS COMPONENTES		% em relação à remuneração	
3.21	Despesas Administrativas	0,01%	0,1000
3.22	Parcela do Lucro	75,71%	1.000,0000
	SOMA	75,72%	1.000,10
TOTAL MONTANTE B		77,77%	1.027,25

VALE ALIMENTAÇÃO		% em relação à remuneração	
VALE ALIMENTAÇÃO			
4.1	Auxílio Alimentação	32,02%	423,00
TOTAL VALE ALIMENTAÇÃO		32,02%	423,00

TRIBUTOS			
Item	Discriminação	(%)	Valor (R\$)
5.1	ISS	3,00%	115,01
5.2	IRPJ - Não incluso conforme Acórdão TCU 950/07	0,00%	-
5.3	COFINS S/ FATURAMENTO	3,00%	115,01
5.4	PIS S/ FATURAMENTO	0,65%	24,92

5.5	CSLL - Não incluso conforme Acórdão TCU 950/07	0,00%	-
TOTAL TRIBUTOS		6,65%	254,94

TOTAL DO POSTO 3.833,65

Auxílio alimentação
23,5 por dia
470 <u>20 DIAS</u>
47 desconto 10%
423 valor líquido

ISS 3% <https://ficatranquilo.com.br/tabela-codigos-iss-aliquota-belem>

RECEPCIONSTA / APOIO ADM

MONTANTE A			
SALÁRIOS E ENCARGOS			
1.1	Salário base	1650,90	
			1.650,90
ENCARGOS SOCIAIS			
Grupo "A"			
2.1	INSS	20,0000%	330,18
2.2	SESI ou SESC	1,5000%	24,76
2.3	SENAI ou SENAC	1,0000%	16,50
2.4	INCRA	0,2000%	3,00
2.5	Salário Educação	2,5000%	41,00
2.6	FGTS	8,0000%	132,00

2.7	SAT/RAT	1,0000%	17,00
2.8	SEBRAE	0,6000%	10,00
	SOMA	34,8000%	574,44
Grupo "B"			
2.9	Férias + 1/3 de férias	11,1100%	183,41
2.10	<u>PROVISÃO</u> Auxílio Doença	0,0100%	0,17
2.11	<u>PROVISÃO</u> Licença Maternidade / Paternidade	0,0100%	0,17
2.12	<u>PROVISÃO</u> Faltas Legais	0,0100%	0,17
2.13	<u>PROVISÃO</u> Acidente de Trabalho	0,0100%	0,17
2.14	<u>PROVISÃO</u> Aviso Prévio	0,0100%	0,17
2.15	13º Salário	8,3300%	137,52
	SOMA	19,4900%	321,78
Grupo "C"			
2.16	<u>PROVISÃO</u> Aviso Prévio Indenizado	0,0100%	0,17
2.17	<u>PROVISÃO</u> Indenização Adicional	0,0100%	0,17
2.18	<u>PROVISÃO</u> FGTS nas rescisões sem justa causa	0,0100%	0,17
	SOMA	0,0300%	0,51
2.19	Incidência dos encargos do Gr. "A" s/ os itens do Gr. "B"	6,7825%	111,97
	Total Encargos Sociais	61,1025%	1.008,70
TOTAL MONTANTE A			2.659,60

MONTANTE B		% em relação à remuneração	
3.1	Uniformes/epis / materiais e produtos	0,06%	1,00
3.12	TRANSPORTE	0,00%	0,05
3.13	SEGURO DE VIDA EM GRUPO COM ASISITÊNCIA FUNERAL E	0,36%	6,00
3.14	AUXÍLIO PLANO DE ASSITÊNCIA E CUIDADO PESSOAL	1,21%	19,90
3.16	exames (admissionais, periódicos, laudos...)	0,01%	0,20
	SOMA	1,64%	27,15
OUTROS COMPONENTES		% em relação à remuneração	
3.21	Despesas Administrativas	0,01%	0,1000
3.22	Parcela do Lucro	60,57%	1.000,0000
	SOMA	60,58%	1.000,10

TOTAL MONTANTE B		62,22%	1.027,25
-------------------------	--	---------------	-----------------

VALE ALIMENTAÇÃO		% em relação à remuneração	
VALE ALIMENTAÇÃO			
4.1	Auxílio Alimentação	25,62%	423,00
TOTAL VALE ALIMENTAÇÃO		25,62%	423,00

TRIBUTOS			
Item	Discriminação	(%)	Valor (R\$)
5.1	ISS	3,00%	132,08
5.2	IRPJ - Não incluso conforme Acórdão TCU 950/07	0,00%	-
5.3	COFINS S/ FATURAMENTO	3,00%	132,08
5.4	PIS S/ FATURAMENTO	0,65%	28,62
5.5	CSLL - Não incluso conforme Acórdão TCU 950/07	0,00%	-
TOTAL TRIBUTOS		6,65%	292,78

TOTAL DO POSTO 4.402,63

Auxílio alimentação
23,5 por dia
470 <u>20 DIAS</u>
47 desconto 10%
423 valor líquido

ISS 3% <https://ficatranquilo.com.br/tabela-codigos-iss-aliquota-belem>

VIGILANTE

MONTANTE A			
SALÁRIOS E ENCARGOS			
1.1	Salário base	1433,54	
			1.433,54
ENCARGOS SOCIAIS			
Grupo "A"			
2.1	INSS	20,0000%	286,71
2.2	SESI ou SESC	1,5000%	21,50
2.3	SENAI ou SENAC	1,0000%	14,30
2.4	INCRA	0,2000%	3,00
2.5	Salário Educação	2,5000%	36,00
2.6	FGTS	8,0000%	115,00
2.7	SAT/RAT	1,0000%	14,00
2.8	SEBRAE	0,6000%	9,00
	SOMA	34,8000%	499,51
Grupo "B"			
2.9	Férias + 1/3 de férias	11,1100%	159,27
2.10	<u>PROVISÃO</u> Auxílio Doença	0,0100%	0,14
2.11	<u>PROVISÃO</u> Licença Maternidade / Paternidade	0,0100%	0,14
2.12	<u>PROVISÃO</u> Faltas Legais	0,0100%	0,14
2.13	<u>PROVISÃO</u> Acidente de Trabalho	0,0100%	0,14
2.14	<u>PROVISÃO</u> Aviso Prévio	0,0100%	0,14
2.15	13º Salário	8,3300%	119,41
	SOMA	19,4900%	279,38
Grupo "C"			
2.16	<u>PROVISÃO</u> Aviso Prévio Indenizado	0,0100%	0,14
2.17	<u>PROVISÃO</u> Indenização Adicional	0,0100%	0,14
2.18	<u>PROVISÃO</u> FGTS nas rescisões sem justa causa	0,0100%	0,14
	SOMA	0,0300%	0,42
2.19	Incidência dos encargos do Gr. "A" s/ os itens do Gr. "B"	6,7825%	97,23
	Total Encargos Sociais	61,1025%	876,54

TOTAL MONTANTE A	2.310,08
-------------------------	-----------------

MONTANTE B		% em relação à remuneração	
3.1	Uniformes/epis / materiais e produtos	0,07%	1,00
3.12	TRANSPORTE	0,00%	0,05
3.13	SEGURO DE VIDA EM GRUPO COM ASISITÊNCIA FUNERAL E	0,42%	6,00
3.14	AUXÍLIO PLANO DE ASSITÊNCIA E CUIDADO PESSOAL	1,39%	19,90
3.16	exames (admissionais, periódicos, laudos...)	0,01%	0,20
SOMA		1,89%	27,15
OUTROS COMPONENTES		% em relação à remuneração	
3.21	Despesas Administrativas	0,01%	0,1000
3.22	Parcela do Lucro	69,76%	1.000,0000
SOMA		69,76%	1.000,10
TOTAL MONTANTE B		71,66%	1.027,25

VALE ALIMENTAÇÃO		% em relação à remuneração	
VALE ALIMENTAÇÃO			
4.1	Auxílio Alimentação	29,51%	423,00
TOTAL VALE ALIMENTAÇÃO		29,51%	423,00

TRIBUTOS			
Item	Discriminação	(%)	Valor (R\$)
5.1	ISS	3,00%	120,85
5.2	IRPJ - Não incluso conforme Acórdão TCU 950/07	0,00%	-
5.3	COFINS S/ FATURAMENTO	3,00%	120,85
5.4	PIS S/ FATURAMENTO	0,65%	26,18
5.5	CSLL - Não incluso conforme Acórdão TCU 950/07	0,00%	-
TOTAL TRIBUTOS		6,65%	267,88

TOTAL DO POSTO	4.028,21
-----------------------	-----------------

Auxílio alimentação
23,5 por dia
470 <u>20 DIAS</u>
47 desconto 10%
423 valor líquido

ISS 3% <https://ficatranquilo.com.br/tabela-codigos-iss-aliquota-belem>

6. O contrato prevê coordenação e supervisão da licitante para gestão da mão de obra, bem como, que as diretrizes de trabalho e comando para realização dos serviços seja feito pela Contratada não havendo subordinação direta a empregados da CONTRATANTE, sendo vedada a transferência de responsabilidade para realização de atos administrativos/operacionais à Contratante, não obstante, conforme entendimento legal há prestação de serviços e não cessão de mão de obra, a saber, Solução de Consulta nº 28 Cosit, 16/01/2017, TRF-2 - APELREEX: 01045014020174025101 RJ 0104501-40.2017.4.02.5101, TRF-4 - APL: 50060379820184047009 PR 5006037- 98.2018.4.04.7009 e mais recente julgado TRF-4 - AG: 50043959720204040000 5004395- 97.2020.4.04.0000, Relator: ROGERIO FAVRETO, Data de Julgamento: 16/06/2020, TERCEIRA TURMA. Reiterando empregados subordinados à licitante, à disposição única e exclusivamente da licitante, respeitando ordens da licitante, contratos de trabalho da licitante, sindicatos da licitante, salários e regras e ordens da licitante, não restando em hipótese alguma subordinação ou disposição direta à Contratante.

7. Conforme explanado no item 6 de acordo com os julgados recentes, há prestação de serviços e não cessão de mão de obra, logo, não há vedações para execução do contrato previstas da Lei 123/2006, em nenhum dos artigos, e principalmente ao artigo 17, XII.

7.1 Os empregados da licitante JAMAIS ficarão à disposição da Contratante. Ficarão única e exclusivamente à disposição da Contratada.

8. A licitante poderá aplicar Lei 123/2006 na execução contratual, ou seja, regime simples nacional, logo, não terá retenção de CSLL, IRPJ, PIS/COFINS (Instrução Normativa nº 459 10/2004, artigo 1º e 3º inciso II e Instrução Normativa nº 765/2007 - Art. 1º), bem como, não terá retenção INSS por empresa não trabalhar com cessão ou locação de mão de obra, empresa é impedida / vedada de trabalhar com cessão ou locação de mão de obra.

9. licitante não tem código 17.05 para emissão de notas fiscais, licitante não emite nota fiscal de cessão de mão de obra, muito menos locação de mão de obra temporária, apenas emite nota de prestação de serviços em geral. Licitante não tem cnae (atividade) de cessão ou locação de mão de obra. Licitante não tem cnae nem atividade para reter INSS na nota fiscal. Licitante não tem conhecimento / qualificação técnica para cessão/locação de mão de obra, licitante emitirá notas com código 17.01, ou seja, prestação de serviços em geral.

10. ISS será responsabilidade da licitante, não havendo retenção, bem como, licitante optando pelo simples nacional, corresponderá à alíquota efetiva de ISS a que a licitante está sujeita no mês anterior ao da prestação, com fulcro no inciso I, do §4º, do Art. 21., da Lei 123/2006

11. Ao adjudicar e homologar o objeto do contrato, o órgão público está ciente dos itens 6, 7, 8, 9, 10 supra e demais que constam nessa proposta.

12. Contratante apenas cede espaço para licitante prestar serviços, sendo vedada querer gerenciar empregados da licitante, pois LICITANTE NÃO CEDE E NÃO LOCA MÃO DE OBRA, com fulcro na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, a saber:

Seção II

Das Características da Terceirização de Serviços

Art. 3º O objeto da licitação será definido como prestação de serviços, sendo vedada a caracterização exclusiva do objeto como fornecimento de mão de obra.

Art. 4º A prestação de serviços de que trata esta Instrução Normativa não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Art. 5º É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de:

I - possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

II - exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados (...)

V - considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação (...)”

12. O controle do preposto e supervisão para os serviços será feito de forma telepresencial.

13. DATA Repactuação de preços conforme data convenção coletiva que altere o valor da proposta, conforme nova lei de licitações e IN de 2017, senão vejamos:

“INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017

Art. 55. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Art. 135. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

II - ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

§ 4º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

§ 6º A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação”

14. Segundo o acórdão nº 2.601/20 do Plenário do TCU, é imprópria a “exigência de que as propostas indiquem os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço, em vez de considerar o enquadramento pela atividade econômica preponderante do empregador”

15. É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços:

15.1 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017);

15.2 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017);

15.3 rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);

15.4 rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);

15.5 rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);

15.6 rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).

Planilha provisionada com custos de lucro presumido

- a) ISS, conforme alíquota município
- b) Cofins 3%, com fulcro no Art. 31, Lei 10.833/03
- c) Pis 0,65%, com fulcro no Art. 31, Lei 10.833/03
- d) CSLL / IRPJ não incluso conforme Acórdão TCU 950/07;
- e) PPR / PLR conforme o Acórdão 3336/2012 é obrigação exclusiva da contratada

16. e-mail para correspondências e notificações que se fizerem necessárias é comercial1@gruposs.net, devendo ser declarado como RECEBIDO/NOTIFICADO apenas com resposta de recebimento e notificação, pois pode haver erros / instabilidade nos servidores e consequentemente empresa não receber e-mail, Logo após mandar e-mail, contratante se compromete a ligar para 47 3268-0355 e pedir confirmação de recebimento de e-mail, caso ligue e empresa não responda e-mail, é porque empresa não recebeu.

17. licitante está impedida de encaminhar documentos que tenham informações de outros contratos públicos e privados, tais como, DARF, Guia Pis/Cofins, DCTFweb, etc, devido a Lei LGPD assinada em outros contratos públicos e privados, sendo comprovado a regularidade através de certidões negativas, devido a impossibilidade de dividir os arquivos DARF, Guia Pis/Cofins, DCTFweb por contrato.

LGPD - LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

Art. 42. O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.

Art. 52. Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas nesta Lei, ficam sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional: (Vigência)

II - multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;
V - bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;
XII - proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)''

18. O termo de contrato vinculará a esta proposta comercial, inclusive referente a retenções e regimes de tributação.



AGIL SERVIÇOS
CNPJ 26.427.482/0001-54

AGIL EIRELI 26.427.482/0001-54

Sócia administradora: Camila Araceli Paiano, RG 5278333 SSP/SC e CPF nº 067.490.799-0

Itajaí, 12/09/2023